



É preso ex-assessor de Palocci, acusado de destruir provas

O ex-secretário do ministro Antonio Palocci, quando prefeito de Ribeirão Preto (1993-1996), Rogério Buratti, foi preso na tarde desta quarta-feira (17/8), em Ribeirão Preto, interior de São Paulo. A prisão temporária por cinco dias foi decretada pelo juiz Luiz Augusto Freire Tetônio atendendo a pedido do Ministério Público do Estado de São Paulo que acusa Buratti de destruir provas contra ele, fraude em licitação, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro.

Segundo o Ministério Público do Estado de São Paulo, por meio de interceptações telefônicas realizadas desde a semana passada, foram gravadas conversas em que Buratti combinava um esquema para destruir provas dos crimes de lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. O inquérito foi aberto nesta quarta. Também foi decretada a prisão do corretor Claudinei Maud, acusado de gerenciar o esquema de lavagem.

Buratti foi preso enquanto depunha, na Delegacia Seccional de Ribeirão Preto, em outro inquérito, que apura suposta associação de empreiteiras em licitações de lixo em São Paulo e Minas Gerais. Ao final do depoimento, ele foi encaminhado ao Centro de Detenção Provisória de Ribeirão Preto.

A prisão foi pedida pelos promotores Aroldo Costa Filho e Sebastião Sérgio da Silveira, que atuam no Gaerco — Grupo de Atuação Especial Regional de Repressão ao Crime Organizado de Ribeirão.

Contratos de lixo

O Ministério Público e a Polícia Civil de Ribeirão Preto (SP) investigam uma suposta quadrilha formada por executivos de empresas de lixo que estariam corrompendo servidores e manipulando licitações públicas em municípios de São Paulo e Minas Gerais.

Diálogos telefônicos, interceptados com autorização judicial no decorrer da apuração, indicam supostos acordos entre representantes da empresa de lixo Leão Leão, uma das maiores de Ribeirão Preto, e outras empresas participantes de licitações.

As informações constam do relatório das interceptações, encaminhado pelo Gaerco ao Fórum de Ribeirão Preto e às delegacias seccionais de Polícia de Sertãozinho e de Ribeirão Preto.

Também foram registradas conversas que sugerem acordos prévios entre empresas que participarão de concorrências do lixo e de limpeza urbana da Prefeitura de São Paulo.

Transcrições de parte das gravações que integram o relatório mostram que o advogado Rogério Buratti também atua na disputa pelas concessões em São Paulo.

A concessão do lixo está avaliada em R\$ 10 bilhões por um prazo de 20 anos. A da varrição, em R\$ 1,4 bilhão, por cinco anos.

CPI dos Bingos

Rogério Buratti também está sendo investigado pela CPI dos Bingos, onde é acusado de fazer tráfico de



influência para favorecer a empresa GTech na renovação de contrato com a Caixa Econômica Federal.

Ele foi convocado para depor na comissão como testemunha. Tentou, no Supremo Tribunal Federal, um habeas corpus para depor na condição de investigado, o que lhe garantiria o direito de não responder perguntas que pudessem incriminá-lo, mas o pedido foi negado.

O ministro do STF Carlos Ayres Britto afirmou que, de acordo com os documentos apresentados, não há elemento que vincule Buratti aos fatos que são objeto de investigação pela CPI. Por esse motivo, o ministro afirmou que, numa análise preliminar, não era possível tratá-lo como investigado.

Date Created

17/08/2005